ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEGUNDA LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1999.

Aos dezesseis dias do mês de março, do ano de mil novecentos e noventa e nove, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua sede, sob a Presidência do vereador Romeo Vogel, estando ainda presentes os seguintes edis: João Adelmo Welter, Marli Paulina Scheffler Krummenauer, Ricardo Trierweiler, Rosiméri Petry Weber, Adelar Henrique Schmitt, Maria Beatris Weber Enzweiler, Lori Magdalena Messer e Paulo Froehlich. O Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou, de imediato, à Secretária da Mesa Diretora, vereadora Lori Magdalena Messer, a procedência da leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão, não houve objeções. Sendo a mesma aprovada por unanimidade. Em **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, constaram: Do Conselheiro Porfírio Peixoto, Presidente do Tribunal de Contas, o Of.Circular GPn°01/99, encaminhando listagem de autoridades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao exercício de 1999. Do Deputado Estadual Elvino Bohn Gass, convite para participação do Seminário "produção e consumo de alimentos geneticamente modificados(transgênicos)", a realizar-se no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, no dia 22 de março de 1999, às 14(quatorze) horas. Da EMATER, convite para a solenidade de posse do Gerente da Região Metropolitana e Litoral Norte, médico veterinário Ricardo Gutierrez de Oliveira e do Assistente Regional Engenheiro Agrônomo Osvaldo Guadagnin, a ser realizada no dia 18 de março de 1999, às 14h:00min(quatorze horas) no auditório do parque de exposições de Esteio. Do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Linha Nova, Gilberto Vogel, o ofício n°002/99, informando a nominata dos edis que formam a Mesa Diretora da Casa, para o exercício de 1999. Da Fundação Oswaldo Cruz, a revista Tema-Radis, n°17-fevereiro/99. Do Assessor de Comunicação Social da Companhia Estadual de Energia Elétrica-CEEE, o ofício ACS/007/99, encaminhando o relatório Elementos Da Situação Encontrada em Janeiro de 1999. Do Poder Executivo, os ofícios: Of.n°031/Gab/99(ofício número zero trinta e um barra noventa e nove), enviando cópia das Leis Municipais N°257, N°258, N°259 e N°260; Of.n°034/Gab/99(ofício número zero trinta e quatro barra noventa e nove), encaminhando o Projeto de Lei que institui campanha para aumento da arrecadação do ICMS no Município, para o exercício de 1999, autoriza e institui premiação, e dá outras providências; Of.n°035/Gab/99(ofício número zero trinta e cinco barra noventa e nove), encaminhando o Projeto de Lei que adota legislação Estadual, para efeitos de fiscalização sanitária municipal; Of.n°036/Gab/99(ofício número zero trinta e seis barra noventa e nove), encaminhando os Projetos de Lei: que autoriza o Poder Executivo a incluir elemento no Plano Plurianual 1998/2001-Lei Municipal N°185, de 02 de julho de 1997, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999-Lei Municipal N°235, de 16 de dezembro de 1998, e o que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de R\$4.089,00, e dá outras providências; Of.n°037/Gab/99(ofício número zero trinta e sete barra noventa e nove), encaminhando Projeto de Lei que dá nova redação aos artigos 2°, 3° e seus parágrafos, e 5° da Lei Municipal N°217, de 22 de maio de 1998. Do vereador Adelar H. Schmitt, o Of.n°003/AHS/99(ofício número zero zero três barra noventa e nove), solicitando que, após os trâmites regimentais, fosse encaminhado ao Prefeito Municipal o Pedido de Informação N°002/99(número zero zero dois barra noventa e nove), que seguia anexo. Da Assembléia Legislativa, os jornais Diário da Assembléia de números: N°7345, N°7346, N°7348, N°7349, N°7350, N°7351 e N°7352. Em continuidade passou-se às **EXPOSIÇÕES PESSOAIS**. Expôs o Presidente da Mesa, que nenhum edil havia se inscrito para usar da palavra neste espaço, e portanto passaria-se, de imediato, à apreciação do pedido de informação. Pediu à Secretária da Mesa Diretora, vereadora Lori M. Messer, que procedesse a leitura do Pedido de Informação N°002/99(número zero zero dois barra noventa e nove), apresentado pelo vereador Adelar H. Schmitt, dirigido ao Prefeito Municipal. Procedeu dessa forma a Secretária. Sendo que no Pedido de Informação, o edil, solicitava que o Executivo

informasse a receita e a despesa da Prefeitura, referente aos meses de janeiro e fevereiro, do presente ano, e o saldo das aplicações financeiras. Colocado em discussão o Pedido de Informação, perguntou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, se a informação não era divulgada no mural de publicações da Prefeitura, visto que novamente o edil estava fazendo o pedido. Manifestou-se o vereador Adelar H. Schmitt, num gesto, indicando que não era publicada a informação. Passando-se à votação do encaminhamento do Pedido, expôs ainda, o vereador Adelar H. Schmitt, que não sabia por que isso não podia ser esclarecido, já que não era publicada no mural. Disse que da outra vez que foi apresentado o pedido, foi dada a desculpa de que a informação seria divulgada no mural, só que isso não acontecera. E que só estava pedindo uma informação, e que não sabia por que sempre era negada, e o que havia por traz disso. Comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que certamente o Executivo não negaria a informação se o edil fosse buscá-la. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que sabia que o Executivo não se negaria a prestar a informação, e que por isso que apresentara esse pedido de informação. Auferido o resultado da votação, constatou-se que o encaminhamento do Pedido de Informação, fora rejeitado com 5(cinco) votos contrários e 4(quatro) favoráveis. Votaram contra o encaminhamento, as vereadoras: Maria B. W. Enzweiler, Lori M. Messer, Marli P. S. Krummenauer e os vereadores Ricardo Trierweiler e Romeo Vogel. Votaram a favor do encaminhamento: os vereadores Paulo Froehlich, João A. Welter, Adelar H. Schmitt e a edil Rosiméri P. Weber. O voto do Presidente se fez necessário, considerando, que, a princípio havia ocorrido empate. Prosseguindo, expôs o Presidente da Mesa Diretora, que passaria-se para a **DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS**, onde foram entregues à Comissão Geral de Pareceres, os seguintes projetos: Projeto de Lei N°008/99(número zero zero oito barra noventa e nove), que institui campanha para aumento da arrecadação do ICMS no Município, para o exercício de 1999, autoriza e institui premiação, e dá outras providências; Projeto de Lei N°009/99(número zero zero nove barra noventa e nove), que adota legislação estadual, para efeitos de fiscalização sanitária municipal; Expôs o Presidente, que entraria em contato com a Secretária da Saúde, para convidá-la a vir na Câmara, fazer explanação e apresentar esclarecimentos sobre o projeto. Comentou que no dia seguinte conversaria com a Secretária para saber horário que lhe fosse possível comparecer. Observou a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que a referida Secretária trabalhava no período da noite. Disse o Presidente, que talvez seria possível na hora do meio dia. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, se não seria possível que comparecesse na sessão da Câmara. Expôs o Presidente da Mesa, que seria isso que iria discutir com a referida pessoa. Comentou a vereadora Rosiméri P. Weber, que os vereadores também teriam compromissos e não teriam qualquer horário disponível. Expôs ainda, o vereador Adelar H. Schmitt, que a algum tempo fora esclarecido aos vereadores, que os secretários do Prefeito, estavam 24(vinte e quatro) horas a disposição, e não sabia se isso já havia mudado. Projeto de Lei N°010/99(número zero dez barra noventa e nove), que autoriza o Poder Executivo a incluir elemento no Plano Plurianual 1998/2001 - Lei Municipal N°185, de 02 de julho de 1997, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999 - Lei Municipal N°235, de 16 de dezembro de 1998; Projeto de Lei N°011/99(número zero onze barra noventa e nove), que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de R\$4.089,00 e dá outras providências; Projeto de Lei N°012/99(número zero doze barra noventa e nove), que dá nova redação aos artigos 2º, 3º e seus parágrafos, e 5º, da Lei Municipal N°217, de 22 de maio de 1998. Considerando a solicitação do Executivo, de inclusão dos Projetos de Lei de N°010(número zero dez), N°011(número zero onze) e N°012/99(número zero doze barra noventa e nove), na pauta de votações da presente sessão, declarou, o Presidente, suspensa a sessão por 15(quinze) minutos, para formulação de parecer, e conhecimento do conteúdo desses, por parte dos edis. Reaberta a sessão, passou-se à **ORDEM DO DIA**. Solicitou ao Presidente da Comissão Geral de Pareceres, que apresentasse, os pareceres dos Projetos que estavam em pauta. Procedendo dessa forma o Presidente da Comissão, vereador Ricardo Trierweiler. Após pediu o Presidente da Mesa, à Secretária, vereadora Lori M. Messer, que procedesse a leitura do parecer ao Projeto de Lei

Nº010/99(número zero dez barra noventa e nove), que autoriza o Poder Executivo a incluir elemento no Plano Plurianual 1998/2001 - Lei Municipal Nº185, de 02 de julho de 1997, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999 - Lei Municipal Nº235, de 16 de dezembro de 1998. Nesse a Comissão se manifestou favorável ao Projeto. Colocado o Projeto em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em continuidade, procedeu a Secretária da Mesa, a leitura do parecer ao Projeto de Lei Nº011/99(número zero onze barra noventa e nove), que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de R\$4.089,00 e dá outras providências. Nesse, a Comissão também manifestou-se favorável ao Projeto. Colocado o Projeto em discussão, perguntou o vereador Adelar H. Schmitt, quantos dias letivos teria esse supletivo em Ivoti. Sendo informado que o mesmo se estenderia até o final do ano. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que gostaria de saber os dias letivos, pois que pelo currículo normal geralmente eram 200(duzentos) os dias letivos, só que o supletivo costumava ser menos extenso. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que gostaria de saber o mesmo para que fosse possível calcular a estimativa de custo por dia letivo, considerando o valor que estava sendo disponibilizado. Expôs, que se fosse feito o cálculo por 200(duzentos) dias letivos, chegaria-se a um valor pouco acima de R\$20,00(vinte reais) por dia. E, que a alguns dias conversara com um rapaz que estava fazendo esse supletivo e que esse dissera que se lhe pagassem o combustível e pequeno valor pelo desgaste do veículo, no total de R\$10,00(dez reais), iria com seu próprio carro, e levaria também os colegas. Falou a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que o referido cidadão também pretendia cobrar ainda, certa quantia desses que o acompanhariam. Observou também, a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que a Prefeitura também não teria como pagar essa pessoa. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que no projeto do transporte escolar, constava que a Prefeitura poderia contratar pessoa física ou jurídica para fazer o transporte escolar, e portanto haveria como contratar a referida pessoa. E por quê não contratar um estudante, para executar o serviço, o que seria muito mais barato, pois se alguém fosse especificamente se dedicar ao mesmo, teria que cobrar valor mais alto, já que haveria aquelas horas em que teria que ficar aguardando os estudantes para retornarem. Comentou a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que se a pessoa que se oferecera, conseguiria levar 7(sete), 8(oito), pessoas num Fusca. Comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que haveria mais pessoas interessadas se tivesse o transporte escolar. No momento, disse ainda, o vereador Adelar H. Schmitt, que não sabia por qual motivo seriam destinados R\$20,00(vinte reais) por dia de transporte, se R\$10,00(dez reais) fossem o suficiente. Falou a vereadora Marli P. S. Krummenauer, por que então um cidadão pedira R\$50,00(cinquenta reais), por mês, de cada estudante para fazer o transporte. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que se alguém, de forma particular, tivesse que levar os estudantes até a escola e ficar esperando das 19(dezenove) horas às 23(vinte e três) horas, seria lógico que teria que cobrar os honorários dele. E que a seu ver, deveriam ser reduzidas despesas, pois que no ano passado em que estudantes quiseram usufruir de transporte escolar que não teria representado despesas, fora o mesmo negado. Disse que no seu entender deveria haver uma divisão em que não fosse dado tudo a alguns e nada aos outros. Expôs no instante, a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que talvez não seriam necessários os R\$4.080,00(quatro mil e oitenta reais) para o transporte. Perguntou, então, o vereador Adelar H. Schmitt, para mais o que seriam necessários recursos. Expôs o Presidente da Mesa, que mesmo o crédito aberto nesse valor não significaria que o mesmo deveria ser gasto, pois talvez seria possível encontrar alguém que fizesse o transporte num custo abaixo desse valor. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que aberto o crédito no referido valor, certamente o custo do transporte alcançaria essa soma. Ainda explicou o vereador Adelar H. Schmitt, para a vereadora Lori M. Messer, considerando que não ocupava o cargo de vereadora no ano passado, que naquela vez, os estudantes de faculdade pediram para voltar de Ivoti à Presidente Lucena, com o ônibus escolar que trazia os alunos do 2º(segundo) grau, só que o mesmo fora negado, fato que até hoje não havia entendido, já que não teria implicado em nenhuma despesa. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não coincidiam os horários.

Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que isso não era verdade, pois que os horários coincidiram e que havia assentos livres no ônibus. E que era testemunha de que havia compatibilidade de horários, pois que várias vezes fora buscar sua irmã em Ivoti e que o ônibus vindo de São Leopoldo chegara em Ivoti na mesma hora em que o outro partira para Presidente Lucena. Colocado o Projeto em votação, foi o mesmo aprovado com 7(sete) votos favoráveis e uma abstenção. Absteve-se de votar, o vereador João A. Welter. Dando continuidade, procedeu a Secretária, a leitura do parecer ao Projeto de Lei N°012/99(número zero doze barra noventa e nove), que dá nova redação aos artigos 2°, 3° e seus parágrafos, e 5°, da Lei Municipal N°217, de 22 de maio de 1998. Nesse, a Comissão se manifestou favorável ao Projeto. Colocado o Projeto em discussão, procedeu o vereador Adelar H. Schmitt, a leitura do artigo 4°(quarto), da Lei Municipal N°217(número duzentos e dezessete) que diz: O transporte subsidiado será realizado através de repasse de passagens em linhas necessariamente utilizadas pelos estudantes, desde as localidades onde residem até a escola onde estejam regularmente matriculados. Também leu o conteúdo do parágrafo único deste artigo, que possui a redação: O transporte subsidiado somente será oferecido aos estudantes do ensino médio. Após comentou, que a seu ver havia contradição da redação do Projeto em discussão com a Lei Municipal N°217(número duzentos e dezessete). Pois, o parágrafo primeiro do artigo 3°(terceiro), combinado com esse, dizia que o transporte aos estudantes do ensino supletivo seria executado pelo Município ou pessoa jurídica ou física. Sugeriu o vereador Adelar H. Schmitt, que o Assessor Jurídico, Doutor Hilmar Zamboni, analisasse o Projeto, pois talvez poderia dirimir essa dúvida. Analisando o Projeto, o Doutor Hilmar Zamboni, expôs, que quanto ao condutor do transporte, não mudaria nada. Pois a Administração de igual forma poderia contratar pessoa física ou jurídica. No instante, perguntou a vereadora Rosiméri P. Weber, se somente seriam beneficiados com o transporte, os estudantes que fizessem o supletivo na Escola Evangélica de Ivoti, uma vez que outras instituições de ensino também ofereciam esse sistema de ensino, e haver educandos interessados, mas que certamente não poderiam fazer o curso nesse horário oferecido. Comentou a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que funcionário de fábrica somente teria o horário oferecido, disponível para estudar. Observou, a vereadora Rosiméri P. Weber, se somente estavam pensando nessas pessoas que trabalhavam em fábrica, pois o Município possuía dois mil habitantes e nem todos labutavam nessa atividade. Falou a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que só poderia se referir a esses que haviam solicitado o benefício, os quais eram funcionários de empresa. Expôs ainda, a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que o Município também, só executava o transporte do ensino médio, até a Escola Mathias Schütz, enquanto que igualmente existiam outros estabelecimentos que ofereciam esse grau de ensino, só que não seria possível levar cada um para a escola em que quisesse estudar. Na oportunidade, ainda perguntou o vereador Adelar H. Schmitt, se não surgiria problema, considerando que pela lei, somente seria oferecido transporte aos estudantes nas séries não disponíveis em suas localidades ou no Município. Considerando que a maioria faria supletivo do ensino fundamental, o qual existia no Município. Respondeu a vereadora Maria B. Weber, que não haveria problema visto que não havia supletivo dessas séries, no Município. Observou no instante, o Doutor Hilmar Zamboni, que pelo Projeto, especificamente o Artigo 5°(quinto), era previsto somente o transporte aos estudantes de curso supletivo de nível médio, ou seja, segundo grau e que não havia previsão para o transporte no nível fundamental para fora do Município. Perguntou o vereador Adelar H. Schmitt, até que seria considerado ensino fundamental. Respondeu o Doutor Hilmar Zamboni, que ensino fundamental, seria da primeira a quinta série, no seu entender, a não ser que estivesse enganado. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que nesse caso, somente poderia ser feito o transporte escolar de estudantes do ensino fundamental, de 1ª(primeira) a 5ª(quinta) série, dentro do Município, e referente ao ensino supletivo para outros municípios. Observou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que o ensino regular seria de 6ª(sexta) a 8ª(oitava) séries. Falou no instante o vereador Adelar H. Schmitt, que nesse caso, se o ensino regular fosse da sexta a oitava séries surgiria problema, pois o Projeto previa o transporte no ensino

fundamental regular somente dentro do Município. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não haveria problema pois o Projeto previa o transporte de estudantes do ensino fundamental supletivo, para escola localizada no Município de Ivoti. Passando-se à votação do Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em continuidade passou-se de imediato ao período do **GRANDE EXPEDIENTE**. Disse o Presidente da Mesa, que nenhum edil havia se inscrito para esse período. E, como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente da Mesa, declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 23(vinte e três) de março, do corrente ano, no mesmo horário e local. Ainda, agradeceu, o Presidente, ao suplente de vereador do PDT, por ter prestigiado a sessão. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata a qual após lida e aprovada, será subscrita pela Secretária e Presidente da Mesa Diretora.

SECRETÁRIA

PRESIDENTE